





DIRETORIA LEGISLATIVA SeATA LEGISLATURA 2021 A 2024

APROVADA PELO PLENÁRIO EM 9/12/2024

Reunião Ordinária do dia 4 de dezembro de 2024 Presidente: vereador Caio André Pinheiro de Oliveira Secretário-Geral: vereador João Carlos dos Santos Mello

No dia quatro de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quinze minutos, realizou-se a sessão ordinária da Câmara Municipal de Manaus, no plenário Adriano Jorge, em sua sede própria, na rua Padre Agostinho Caballero Martin, n. 850, São Raimundo, nesta Capital, Estado do Amazonas, presidida pelo vereador Caio André Pinheiro de Oliveira, do União Brasil; e, eventualmente, pela vereadora Yomara Jesuína Lins Rodrigues, do Podemos; secretariada pelo vereador João Carlos dos Santos Mello, do Republicanos. PRESENTES, ainda, os vereadores Allan Campelo da Silva, do Podemos; Francisco Carpegiane Veras de Andrade, Raiff Matos Silva Vasconcelos e Marcel Alexandre da Silva, do Partido Liberal (PL): Cícero Custódio da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT); Diego Roberto Afonso, Éverton Assis dos Santos e Maria Jacqueline Coelho Pinheiro, do União Brasil; David Valente Reis, Gilmar de Oliveira Nascimento, Manoel Eduardo dos Santos Assis, Eduardo Assunção Alfaia e Joelson Sales Silva, do Avante; Dione Carvalho dos Santos, Rosinaldo Ferreira da Silva e Alonso Oliveira de Souza, do Agir; Ivo Santos da Silva Neto, do Partido da Mulher Brasileira (PMB); Márcio José Maia Roberto Sabino Rodrigues e Daniel Amaral Vasconcelos. Republicanos; Jaildo de Oliveira Silva, do Partido Verde (PV); François Vieira da Silva Matos, Jander de Melo Lobato e Samuel da Costa Monteiro, do Partido Social Democrata (PSD); Luís Augusto Mitoso Júnior, Isaac Tayah, João Kennedy de Lima Marques e Robson da Silva Teixeira, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB); Marcelo Augusto da Eira Corrêa, Carmem Glória Almeida Carratte e Elissandro Amorim Bessa, do Partido Socialista Brasileiro (PSB); Elan Martins de Alencar e Wallace Fernandes de Oliveira, do Democracia Cristã (DC); Rodrigo Guedes Oliveira de Araújo e Lissandro Breval Santiago, do Progressistas (PP); William Robert Lauschner, do Cidadania; e Thaysa Lippy Silva de Souza, do Partido da Renovação Democrática (PRD). JUSTIFICA a ausência do vereador Rosivaldo Oliveira Cordovil, do PSDB. Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a reunião. Na sequência, o secretário, vereador João Carlos, leu a Ata da sessão ordinária do dia três de dezembro do ano em curso. Em seguida, o Presidente cumprimentou a todos que acompanhavam a sessão e passou os trabalhos para o PEQUENO EXPEDIENTE, destacando os inscritos. O primeiro orador, vereador Raiff Matos, reverberou a solicitação dos moradores do conjunto Mosaico, localizado no bairro Planalto, para a viabilização de uma linha de ônibus que chegasse próximo à localidade, ressaltando que precisavam descer a avenida principal do bairro, cerca de um quilômetro e meio, para chegarem









ao conjunto, correndo riscos de assaltos, principalmente no horário noturno. Concluindo, informou que encaminharia indicação à Prefeitura para que o Instituto Municipal de Mobilidade Urbana - IMMU fizesse um estudo de mobilidade para atender a população em questão. O segundo orador, vereador Isaac Tayah, parabenizou a Prefeitura pela orçamentação natalina na Ponta Negra e, em seguida, destacou o anúncio do projeto do primeiro hospital municipal de cidade no formato "Hospital-Dia", parabenizando o Prefeito pela iniciativa que beneficiaria sobremaneira a população. Em contrapartida, lamentou a forma como estava sendo gerenciada a saúde no Estado e discorreu sobre uma proposta de redução de servidores para atendimento nos hospitais estaduais e a respeito dos desvios de medicamentos que estavam sendo investigados, informando que o delegado responsável pela investigação seria homenageado no plenário, no dia seguinte. Encerrando sua fala, pediu aos seus pares que continuassem fiscalizando os serviços públicos de saúde do Município e do Estado. O terceiro orador, vereador Sassá da Construção Civil, manifestou-se a respeito da venda da empresa Mineradora Taboca, em Pitinga, para a empresa chinesa Nonferrous Metal Mining Group Co., declarando-se contrário à transição, assim como se opôs à venda da Refinaria Isaac Sabbá, em dois mil e vinte e dois. Ele informou que ajuizaria ação junto ao Ministério Público para investigar a empresa chinesa, demonstrando sua preocupação com a situação dos empregados da Mineradora Taboca no processo de transição. Finalizando, destacou o anúncio pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE que apontou o crescimento do Produto Interno Bruto – PIB do país, no terceiro trimestre do ano corrente. O quarto orador, vereador Gilmar Nascimento, manifestou seu pesar à família de Gerson Marques de Souza, que faleceu no dia vinte e seis de novembro do ano corrente, em decorrência de uma fibrose pulmonar progressiva, declarando que acompanhou a luta que o referido travou contra a doença e lamentou a omissão da Governo do Estado em fornecer medicamentos específicos para doenças crônicas, mesmo após decisões judiciais. Prosseguindo, ressaltou a importância do fornecimento dos medicamentos para a melhoria da qualidade de vida e o prolongamento da existência dos pacientes, a exemplo do falecido, que não teve a determinação judicial atendida, ressaltando a necessidade da atenção dos parlamentares de todos as esferas públicas para situações como a relatada, no sentido de que as famílias de outros pacientes crônicos não precisassem ir à Justiça para garantir um direito adquirido e evitar que muitos viessem a falecer. Concluindo sua fala, solidarizou-se novamente com a família enlutada e pediu que o Governo do Estado se sensibilizasse para garantir a todos o direito à saúde e, dessa forma, cumprisse o seu dever. O quinto orador, vereador Rodrigo Guedes, anunciou que já se encontrava com o projeto de resolução para alteração no Regimento Interno, a fim de que as sessões plenárias ocorressem de segunda-feira a sexta-feira, jornada que seria equiparada à dos demais servidores públicos, informando que a propositura contava com a assinatura de alguns parlamentares da Casa. Prosseguindo, fez alguns esclarecimentos sobre a propositura, ressaltando a necessidade da cerelidade na tramitação de projetos de leis que estavam parados nas comissões, em razão da falta de tempo para discussão e deliberação, por diferentes motivos, e salientando que a alteração proposta não









interferiria na agenda externa dos parlamentares. Encerrando o seu discurso, pediu apoio aos seus pares, para que assinassem o projeto de resolução, considerando que seria uma ação vanguardista da Casa. A vereadora Yomara Lins assumiu a presidência da Mesa Diretora. O sexto orador, vereador Eduardo Alfaia, denunciou, novamente, o descaso da empresa SMS prestadora de serviços de estacionamento no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, por não oferecer nenhum tipo de segurança aos usuários, apesar da cobrança elevada da taxa de serviços. Ele declarou que após sua manifestação sobre o assunto, na ultima sessão plenária, recebeu inúmeras reclamações de usuários narrando vários episódios de furtos e cobrou a empresa Vinci Airports, responsável pelo gerenciamento do aeroporto, que tomasse providências contra a citada prestadora. Por último, apontou a gravidade do descaso com a segurança, visto que seguer havia câmeras de segurança no local, e enfatizou que as empresas precisavam ser responsabilizadas pelos casos de furtos no local. O **sétimo orador**, vereador **Caio André**, manifestou-se a respeito do projeto de resolução apresentado pelo vereador Rodrigo Guedes que alterava o horário das sessões plenárias, declarando seu apoio à propositura. O parlamentar ressaltou a necessidade da extensão dos dias para a realização das sessões plenárias e, em seguida, apresentou os dados a respeito dos projetos que estavam aguardando a tramitação nas comissões e na Procuradoria Legislativa e, possivelmente, não seriam apreciados na atual legislatura. Prosseguindo, informou que na semana vindoura as reuniões no plenário aconteceriam de segunda a sexta-feira, para dar celeridade ao maior número possível de matérias, nas quais estavam incluídas o Plano Plurianual -PPA e a Lei Orcamentária Anual – LOA. Concluindo sua fala, solicitou à Presidente da Mesa que suspendesse a sessão e convocasse os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação para uma reunião e, após, retornasse à Ordem do Dia. Atendendo ao pedido do último orador, a Presidente convocou os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação para uma reunião, e após, suspendeu a sessão às dez horas e vinte minutos. Na reabertura, às doze horas e três minutos, o Presidente Caio André passou os trabalhos para a ORDEM DO DIA. Na PAUTA, foram aprovados os Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; de Finanças, Economia e Orçamento; de Serviço e Obras Públicas; e de Direitos Humanos, Povos indígenas e Minorias ao Projeto de Lei n. 465/2024, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem n. 76/2023, que "Cria o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR, e dá outras providências". O supracitado projeto foi aprovado, em discussão única, e seguiu à sanção do Prefeito. Foi deliberado, tomou o n. 474/2024, e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação o Projeto de Lei, de autoria da Mesa Diretora, que "Concede revisão salarial aos servidores públicos da Câmara Municipal de Manaus, com base no Art. 37, X da Constituição Federal". Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação à Emenda 01, ao Projeto de Lei n. 186/2023, de autoria do vereador Rodrigo Guedes, que "Institui o Programa de combate às Lixeiras Viciadas no âmbito do município de Manaus, e dá outras providências". O supracitado projeto **seguiu** à Comissão de Finanças, Economia e Orçamento. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Turismo, Indústria,









Comércio, Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda ao Projeto de Lei n. 515/2023, de autoria do vereador Lissandro Breval, subscrito pelos vereadores Alonso Oliveira, Daniel Vasconcelos, Elan Alencar, Éverton Assis, Glória Carratte, Ivo Neto, Jander Lobato, Joelson Silva, Marcel Alexandre, Raiff Matos, Raulzinho e Roberto Sabino, que "Dispõe sobre o comércio de créditos de carbono" das áreas verdes de proteção ambiental de Manaus, e dá outras providências". O supracitado projeto **seguiu** à Comissão de Meio Ambiente, Recursos Naturais, Sustentabilidade e Vigilância Permanente da Amazônia. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 176/2024, de autoria do vereador Eduardo Assis, que "Institui a Política Municipal de Proteção à Saúde Bucal da Pessoa Hospitalizada, e dá outras providências", com o pedido de subscrição do vereador Marcel Alexandre. O supracitado projeto seguiu à Comissão de Finanças, Economia e Orçamento. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 203/2024, de autoria do vereador Caio André, subscrito pelos vereadores Éverton Assis, Glória Carratte e Raiff Matos, que "Dispõe sobre a garantia de emissão de carteira de vacinação em sistema braille", com o pedido de subscrição dos vereadores Marcel Alexandre, William Alemão, Rodrigo Guedes, Prof. Samuel, Capitão Carpe e João Carlos. O supracitado projeto seguiu à Comissão de Finanças, Economia e Orçamento. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 389/2024, de autoria da vereadora **Prof.**^a **Jacqueline**, que "Considera de Utilidade Pública o Creathus Instituto de Tecnologia da Amazônia". O supracitado projeto **seguiu** à Comissão de Assuntos Sociocomunitários e Legislação Participativa. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 466/2024, de autoria do vereador Gilmar Nascimento, que "Considera de Utilidade Pública o Instituto de Apoio as Famílias do Amazonas-IAFAM, e dá outras providências". O supracitado projeto seguiu à Comissão de Sociocomunitários e Legislação Participativa. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso ao Projeto de Lei n. 403/2023, de autoria do vereador Roberto Sabino, que "Altera o § 2.º do Art. 11, da Lei n. 1.242, de 8 de maio de 2008, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelece normas para sua adequada aplicação, e dá outras providências". O supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Educação ao Projeto de Lei n. 113/2023, de autoria do vereador William Alemão, que "Revoga a Lei n. 2.210, de 13 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a admissão de diplomas de pós-graduação stricto sensu emitidos por instituições de ensino superior (IES) regulares de paísesmembros do Mercosul e Portugal, e dá outras providências", com o pedido de subscrição do vereador Caio André. O supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 181/2024, de autoria do vereador Márcio Tavares, que "Dispõe sobre declarar









cidades-irmãs Shenzhen, metrópole chinesa e o município de Manaus". O supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Educação ao Projeto de Lei n. 363/2024, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem n. 47/2024, que "Altera a Lei n. 601, de 02 de julho de 2001, e dá outras providências". O supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Educação ao Projeto de Lei n. 409/2024, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem n. 57/2024, que "Altera a Lei n. 597, de 8 de junho de 2021, e dá outras providências". O supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. Foram aprovados os Pareceres Favoráveis das Comissões de Finanças, Economia e Orçamento; e de Educação, ao Projeto de Lei n. 410/2024, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem n. 58/2024, que "Altera a Lei n. 1.229, de 2 de abril de 2008, e dá outras providências". O supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. Foram aprovados os Pareceres Favoráveis das Comissões de Finanças, Economia e Orçamento; e de Educação, ao Projeto de Lei n. 411/2024, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem n. 59/2024, que "Altera a Lei n. 597 de 8 de junho de 2001, e dá outras providências". O supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. Foram aprovados os Pareceres Favoráveis das Comissões de Finanças, Economia e Orçamento; e de Educação ao Projeto de Lei n. 412/2024, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem n. 60/2024, que "Altera a Lei n. 2.982 de 16 de dezembro de 2022, e dá outras providências". O supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. Foram aprovados os Pareceres Favoráveis das Comissões de Finanças, Economia e Orçamento; e de Educação ao Projeto de Lei n. 424/2024, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem n. 62/2024, que "Altera a Lei n. 601, de 02 de julho de 2001, e dá outras providências". O supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. Foram aprovados os Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; de Finanças, Economia e Orçamento; e de Educação ao Projeto de Lei n. 445/2024, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem n. 67/2024. que "Altera a Lei n. 1.229, de 02 de abril de 2008, e dá outras providências". O supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. Foram aprovados os Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; de Finanças, Economia e Orçamento; e de Educação ao Projeto de Lei n. 446/2024, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem n. 68/2024, que "Altera a Lei n. 1.229, de 02 de abril de 2008, e dá outras providências. O supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. Foram aprovados, em segunda discussão, e seguiram à sanção do Prefeito, o Projeto de Lei n. 398/2021, de autoria do vereador Fransuá, subscrito pelos vereadores Alonso









Oliveira, Dione Carvalho, Eduardo Assis, Elan Alencar, Kennedy Margues, Marcel Alexandre, Mitoso, Raiff Matos, Raulzinho, Rosinaldo Bual e Wallace Oliveira, que "Institui o Selo 'Escola Protegida' no município de Manaus, e dá outras providências"; o Projeto de Lei n. 202/2022, de autoria do vereador Rosinaldo Bual, subscrito pelos vereadores Capitão Carpê, Elan Alencar, Glória Carratte, Prof. Samuel Raiff Matos e Wallace Oliveira, que "Institui a Semana Municipal do Planejamento Familiar, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1.º de fevereiro", com o pedido de subscrição do vereador Isaac Tayah; e o Projeto de Lei n. 258/2022, de autoria do vereador Eduardo Alfaia, subscrito pelos vereadores Caio André, Kennedy Marques, Marcel Alexandre, Mitoso, Prof. Samuel, Rodrigo Guedes e William Alemão, que "Garante ao consumidor o direito à suspensão do serviço de abastecimento de água por tempo indeterminado, e dá outras providências". Discutiram o Projeto de Lei n. 327/2022, em segunda discussão, os vereadores Mitoso, Caio André e William Alemão. Após, foi aprovado, em segunda discussão, e seguiu à sanção do Prefeito, o Projeto de Lei n. 327/2022, de autoria do vereador João Carlos, subscrito pelos vereadores Alonso Oliveira, Eduardo Alfaia, Elan Alencar, Kennedy Marques, Marcel Alexandre, Márcio Tavares, Raiff Matos, Roberto Sabino, Rosivaldo Cordovil, Thaysa Lippy e Wallace Oliveira, que "Altera a redação da ementa e do Art. 1.º da Lei n. 183, de 2 de abril de 2007, que torna obrigatória a execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino do Amazonas. pelo menos uma vez por mês, durante o período letivo, em todas as instituições de ensino de Manaus que ministrem o ensino fundamental e o ensino médio", com o pedido de subscrição, ainda, dos vereadores William Alemão, Mitoso, Lissandro Breval, Capitão Carpê, Isaac Tayah, Yomara Lins, Éverton Assis, Prof. Samuel e Rodrigo Guedes. Discutiu o Projeto de Lei n. 249/2023, em segunda discussão, o vereador William Alemão. Após, foi aprovado, em segunda discussão, e seguiu à sanção do Prefeito, o Projeto de Lei n. 249/2023, de autoria do vereador Daniel Vasconcelos, que "Dispõe sobre a cessão de espaço físico para exposição e comercialização da economia solidária em eventos públicos que menciona, e dá outras providências", com o pedido de subscrição dos vereadores William Alemão e Prof. Samuel. Discutiram o Projeto de Lei n. 278/2023, em segunda discussão, os vereadores William Alemão e Mitoso, tendo o primeiro, manifestado o voto contrário à matéria. Após, foi aprovado, em segunda discussão, com os votos contrários dos vereadores William Alemão e Raiff Matos, e seguiu à sanção do Prefeito, o Projeto de Lei n. 278/2023, de autoria do vereador Alonso Oliveira, subscrito pelos vereadores Márcio Tavares, Marcelo Serafim, Mitoso, Prof. Samuel e Roberto Sabino, que "Estabelece a obrigatoriedade de restaurantes, bares, lanchonetes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares disponibilizarem cardápio ou menu impresso, no âmbito do município de Manaus, e dá outras providências". Foi aprovado, em segunda discussão, e seguiu à sanção do Prefeito, o Projeto de Lei n. 425/2023, de autoria do vereador Ivo Neto, subscrito pelos vereadores Prof.^a Jacqueline, Raulzinho e William Alemão, que "Institui o Mês de Conscientização e Enfrentamento da Cyberpedofilia, a ser realizado em novembro, no município de Manaus", com o pedido de subscrição, ainda, dos vereadores Raiff Matos e









Caio André Pinheiro de Oliveira Presidente

Yomara Jesuína Lins Rodrigues
Primeira Vice-Presidente

João Carlos dos Santos Mello Secretário-Geral

Éverton Assis dos Santos Segundo Vice-Presidente

Carmem Glória Almeida Carratte Primeira Secretária

Lissandro Breval Santiago Terceiro Vice-Presidente

Jaildo de Oliveira Silva Segundo Secretário

Rosivaldo Oliveira Cordovil Corregedor Geral

Ivo Santos da Silva Neto Terceiro Secretário

Francisco Carpegiane Veras de Andrade Ouvidor-Geral Ana Maria Rocha Veiga Chefe do SeATA









PODER LEGISLATIVO

ASSINATURAS DIGITAIS

JOVANA DAS GRACAS DA SILVA CORDEIRO - 607.484.352-04 - AGENTE ADMINISTRATIVO - EM 12/12/2024 13:21:49 IVO SANTOS DA SILVA NETO - 516.531.682-34 - VEREADOR(A) - EM 12/12/2024 10:56:34 FRANCISCO CARPEGIANE VERAS DE ANDRADE - 715.424.852-15 - VEREADOR(A) - EM 12/12/2024 10:10:10 CAIO ANDRE PINHEIRO DE OLIVEIRA - 641.056.792-87 - PRESIDENTE - EM 12/12/2024 10:00:10 EVERTON ASSIS DOS SANTOS - 445.757.002-82 - VEREADOR(A) - EM 12/12/2024 09:32:56 CARMEM GLORIA ALMEIDA CARRATTE - 115.263.602-25 - VEREADOR(A) - EM 11/12/2024 16:34:01 LISSANDRO BREVAL SANTIAGO - 510.050.422-68 - VEREADOR(A) - EM 11/12/2024 15:51:53 JOAO CARLOS DOS SANTOS MELLO - 074.890.987-77 - VEREADOR(A) - EM 11/12/2024 14:07:52 ANA MARIA ROCHA VEIGA - 634.586.752-72 - TÉCNICO(A) EM TAQUIGRAFIA - EM 11/12/2024 13:44:06